

SEÇÃO TEMÁTICA

Docência e surdez: narrativas de professoras surdas

Jacirema de Jesus Bezerra Batista¹

Claudiane Santos Araújo²

RESUMO: O objetivo deste estudo é conhecer as narrativas de professoras surdas a partir das suas experiências docentes, saberes e vivências. Por meio da perspectiva interseccional entre as categorias gênero, docência e deficiência é possível compreender a trajetória de vida dessas mulheres entrelaçadas às experiências visuais marcadas de forma significativa pela opressão, desafios educacionais e o capacitismo. Ademais, busca-se compreender a trajetória de vida entrelaçada ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras), questões de identidade e inclusão destas professoras surdas dentro da docência. A metodologia desta pesquisa firma-se em Paiva (2008) que pensa a pesquisa a partir das contribuições das narrativas como metodologia que busca o cerne das experiências, saberes e vivências dos/as participantes da pesquisa. Centramos as narrativas na perspectiva das narrativas surdas a partir de Vieira-Machado (2008), considerando estas narrativas, por se manifestam com especificidades, marcadas por experiências visuais, uma vez que esta pesquisa trata de sujeitos surdos/as, e em Minayo (2016), que nos ofereceu um percurso metodológico que nos deu liberdade para pensar a entrevista como um processo com falas e perguntas não fechadas. Para discussão sobre a categoria mulheres e relações de gênero, buscamos as reflexões em Beauvoir (1970), Scott (1995), Butler (2003). No entrelaçamento entre as categorias gênero e deficiência e sua relação com a docência, discutimos com base em Perlin e Vilhalva (2017), Neves (2020), Perrot (2007), Rodrigues (2019) e Farias (2017), dentre outros/as autores/as. Os resultados desta pesquisa apontam para a visão de mulheres que optam pela docência por livre espontânea escolha e por ser sua língua materna, a despeito dos processos de opressão que sofreram em suas vidas. A relação destas com a docência são marcadas pela afetividade e pelo enfrentamento cotidiano das diversas formas de opressão pelo viés da violência simbólica, capacitismo, exclusão e relações de poder a que as mulheres são submetidas e de forma peculiar, quando são mulheres com deficiência.

Palavras-chave: gênero; surdez; profissão docente.

ABSTRACT: The objective of this research is to explore the narratives of deaf female teachers based on their teaching experiences, knowledge, and lived experiences. Through an intersectional

¹ Graduada em Letras Libras pela Universidade Federal do Maranhão.

² Professora do curso de Letras Língua Portuguesa e Libras da UFMA. Mestra em Educação e especialista em Políticas Públicas de Raça e Gênero, e em Libras. Email: claudiane.araujo@ufma.br.

perspective (Akotirene, 2019) encompassing gender, teaching, and disability, it is possible to understand these women's life trajectories, interwoven with visual experiences significantly marked by oppression, educational challenges, and ableism. Furthermore, the study seeks to comprehend their life paths intertwined with the learning of Brazilian Sign Language (Libras), as well as issues of identity and inclusion within the teaching profession. The methodology is grounded in Paiva (2008), which emphasizes narratives as a methodological approach to uncover the essence of participants' experiences, knowledge, and stories. The study focuses on deaf narratives, drawing on Vieira-Machado (2008), acknowledging their specificity, characterized by visual experiences. Additionally, Minayo (2016) provides a methodological framework that allows flexibility in conducting interviews, incorporating open-ended questions and responses. Discussions on gender and women's relations are informed by Beauvoir (1970), Scott (1995), and Butler (2003). The intersection of gender and disability, and its relation to teaching, is discussed through Perlin and Vilhalva (2017), Neves (2020), Perrot (2007), Rodrigues (2019), and Farias (2017), among others. The results highlight the perspectives of women who choose teaching out of free will, despite the oppression they have faced throughout their lives. Their relationship with teaching is marked by affectivity and the daily confrontation of various forms of oppression, including symbolic violence, ableism, exclusion, and power dynamics, which are uniquely experienced by women with disabilities.

Keywords: gender; deafness; teaching profession.

INTRODUÇÃO

O espaço da mulher surda tem crescido em vários seguimentos da sociedade, frente a esse alargamento de perspectivas sociais é necessário destacar que nem sempre foi assim, principalmente no que tange à historicidade dessa mulher e nos segmentos que atravessam suas narrativas como a acessibilidade, a inclusão e a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nessa trama, surgem questões que se aliam ao debate da (in)visibilidade da mulher surda e suas interseccionalidades, como as mulheres surdas e negras, surdocegas, mulheres surdas e indígenas, por exemplo, questionamentos que buscam no não-dito, no silenciamento das fontes e registros dessas mulheres são escassos nos registros históricos, seja em jornais, revistas ou qualquer outra fonte. Nesse espaço de representação, a outra parte que tem visibilidade, por exemplo, homens brancos sem deficiência acabam por decidir o futuro e vida presente dos outros tantos, afinal, na perspectiva foucaultiana as minorias falam de si em espaços permitidos e em espaços de predominância masculina e construída a partir do padrão social, essas minorias sempre foram silenciadas.

Mediante as discussões sobre a profissionalização de sujeitos surdos, temos nesta pesquisa a discussão sobre a participação da mulher surda na sociedade em espaços diversos e seu papel de protagonismo. Desse modo, esta pesquisa elege como problema: quais são as narrativas autobiográficas sobre a vivência da profissão docente por mulheres surdas que atuam como professoras de Libras? O que fez com que essas mulheres trabalhassem como docentes, mais especificamente, como professoras de Libras? Quais são os desafios encontrados para exercer a docência em meio a uma sociedade excludente, opressora?

Para tanto, objetivamos: compreender a docência por meio das narrativas de mulheres surdas professoras de Libras; especificamente: conhecer a trajetória de vida de mulheres surdas professoras por meio de suas narrativas autobiográficas, e, entender as narrativas autobiográficas como parte da realidade da profissão docente integrando as questões que envolvem a surdez, a categoria gênero e por último sua inserção no campo da docência.

Esta pesquisa lança-se com o intuito de compreender a docência por meio da trajetória de vida, de narrativas autobiográficas de sujeitos que são vistos socialmente como povos invisibilizados, o que socialmente também é nomeado, é conhecido como minoria, e aqui analisaremos com a perspectiva de protagonista da sua própria história. Entender a influência da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na sua história e suas implicações nas narrativas portanto é imprescindível. Ademais, perceber como tais processos se dão pelo ponto de vista das categorias gênero e deficiência e seu entrelaçamento e construção no espaço escolar, onde predominante essas mulheres trabalharam como professoras de Libras.

Desse modo, observar a construção do caminho que leva à docência se constituiu como um importante campo a ser investigado e que, segundo Souza-da-Silva (2020) é pouco explorado considerando a categoria gênero e surdez, e por isso, é notória a necessidade de pesquisas, pois analisando pelas lentes do Estudo da Arte poucas pesquisas em repositórios, teses e dissertações analisam a História da Mulher com deficiência que não seja pelo aspecto meramente clínico. Observa-se também, que esta

investigação se inscreve colaborativamente ao encontro das pesquisas que discutem os estudos culturais e estudos surdos em educação como pensado por Perlin (2010), Strobel (2008), Skliar (2010), etc., estes autores – surdos e ouvinte defendem além da emergência de tais visões epistemológicas no plano discursivo como também e principalmente, no plano cultural, atitudinal, de práticas de vida legítimas.

Portanto, esta pesquisa se constitui num espaço de disputa pela discussão de sujeitos que são atravessados por questões interseccionais, aqui em específico, as relações de gênero, surdez (deficiência x diferença) juntamente com questões que envolvem a profissão docente e como estas trajetórias de vida construíram esse perfil de docente que é mulher, deficiente/diferente e docente da área de língua. Visa-se entender como tais questões se entrelaçam e afetam diariamente a profissão docente que são frutos da história política e cultural de sujeitos que há tempos vêm lutando para ter suas existências legitimadas.

Discute-se nesse estudo, a relação da mulher surda como docente e as relações que estão na base dessas categorias: gênero, deficiência, identidades surdas docentes. Os autores que fazem a mediação dessa discussão: Martins, Leite e Lacerda (2015), Beauvoir (1970), Perlin e Vilhalva (2017) dentre outros. Além disso, discute-se acerca da docência como campo de atuação de mulheres surdas à luz de Perlin e Vilhalva (2017), Neves (2020), Perrot (2007), Rodrigues (2019), Farias (2017), dentre outras. Sobre a metodologia desta pesquisa bem como os percursos que envolverem na composição do corpus de análise, será apresentada categoria metodológica narrativas, posteriormente a análise dos dados; as entrevistas realizadas com as docentes surdas, a discussão dos dados e por último, as considerações finais desta pesquisa.

GÊNERO E SURDEZ

Esta seção se destinará a discutir sobre a categoria gênero e a categoria surdez e seus cruzamentos. Achamos importante destacar, mesmo que de forma sucinta, a evolução dos direitos femininos e as conquistas vivenciadas pelas mulheres, fruto de lutas

e resistência, incluindo o direito de adentrar âmbitos unicamente ocupados por homens, entre eles o mercado de trabalho e mais adiante, como se constituem as relações de gêneros e os cruzamentos com as identidades surdas.

O espaço ocupado pela mulher na sociedade nem sempre envolveu o respeito aos direitos e a igualdade. Metz (2014) explica que até o século XIX, a educação no ocidente foi um artigo da elite e, portanto, dos homens, que eram tidos como superiores. A mulher era tradicionalmente desprestigiada quanto a sua capacidade de aprendizado, de ter acesso ao saber e criar conhecimento. Na sociedade brasileira do século XIX a educação feminina era justificada pelo seu destino à maternidade. A ênfase dos ensinamentos destinados a elas estava vinculada à formação do seu caráter sendo “suficiente” pouca instrução e o conhecimento necessário para torná-las agradáveis e úteis prontas para educar filhos, futuros construtores do sucesso do país.

Em suma, as mulheres nasciam para o parto e para a dedicação aos filhos e as atividades do lar. Eram concebidas e educadas unicamente para serem esposas e mães exemplares, não precisando possuir outro conhecimento senão os pertinentes à realização das atividades domésticas. No Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988, trouxe consigo significativas considerações acerca da igualdade entre gêneros, rompendo estigmas, minimizando a discriminação e assegurando a proteção dos direitos femininos. Representou conquistas relevantes para a mulher brasileira e uma vitória para os movimentos feministas, assim como o direito de votar e ser votada, de fazer uso de anticoncepcionais, de frequentar lugares antes frequentados somente por homens, de ingressar no mercado de trabalho, entre outros.

Para Piosevan (2018) o movimento feminista brasileiro “tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, elucidando os ideais de Direitos Humanos e buscando eliminar todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais”. A luta organizada liderada pelos movimentos feministas implicou na conquista de novos direitos e obrigações por parte do Estado, a exemplo do reconhecimento dos direitos reprodutivos, o repúdio à violência doméstica, a igualdade na família, o ingresso no mercado de trabalho, dentre outros.

A atuação da mulher no mercado de trabalho mesmo que ainda apresentando dificuldades no que tange a valorização, é uma realidade decorrente dos direitos a ela assegurados pelo ordenamento jurídico, rompendo as tradições mantidas durante séculos conforme descrevem que davam ao homem o direito e ao mesmo tempo o dever de prover sozinho as necessidades do lar, ficando para as mulheres limitadas a realização das atividades domésticas. Desse modo, elas não gozavam do direito de trabalhar fora, tampouco, se fosse para ganhar dinheiro, não tendo participação nas decisões sociais. Coutinho e Coutinho (2016, p. 62) apontam que:

[...] foi somente no início do Século XX que as mulheres brasileiras das camadas médias começaram a atuar nas empresas, preenchendo funções de apoio (secretárias, por exemplo) enquanto aguardavam e/ou se preparavam para o casamento, ainda que algumas permanecessem no trabalho mesmo depois de casadas, especialmente antes do nascimento dos filhos, para aumentar a renda familiar. Pouco a pouco, a despeito da permanência da segregação a que sempre foram submetidas na esfera pública, elas foram abrindo espaço e galgando posições cada vez mais elevadas nessas empresas. Atualmente, após anos de exclusão aberta das posições de poder e autoridade, já encontramos, no país, mulheres ocupando posições de destaque, ainda que a exclusão persista, mesmo que, na maioria das vezes, de forma velada

O disposto pelos autores supracitados resume a história de desigualdades e conquistas vivenciada pelas mulheres no decorrer do tempo, numa cultura em que eram consideradas inferiores e precisavam ser submissas. Vitimadas por um preconceito às claras da sociedade. Suas habilidades eram rejeitadas e diminuídas no mercado de trabalho, tendo aceitação apenas em atividades relacionadas ao cuidado por mais se aproximarem aos afazeres domésticos, prevalecendo a distinção de tratamento se formos é claro, considerar a categoria gênero.

A inserção da mulher seja ela surda ou não no mercado de trabalho, mesmo que assegurada no ordenamento jurídico ainda não garante igualdade plena, em termos práticos o preconceito ainda assola a população feminina, fruto de uma cultura que a segrega, gerando sobretudo a desigualdade de gênero que acaba sendo potencializada por questões sociais, econômicas, de raça, ou mesmo por alguma necessidade educacional específica ou deficiência física, sensorial ou intelectual.

Definir o gênero como categoria e a partir de então, categoria epistemológica, produtora de reflexões, de conhecimento se tornou um marco na história científica e sobretudo, tal definição ser enfim pensada e legitimada por mulheres pesquisadoras, filósofas, ativistas políticas das causas desta categoria.

Percebeu-se, na visão destas duas autoras mencionadas acima que, com o passar das décadas e eras, sempre foi-se estabelecendo ou cristalizando um conjunto de práticas que eram destinadas à mulher. Dessas práticas vinham as máximas: “cuidadora do lar”, “procriadora”, “que deve servir ao seu esposo”, etc., essas cristalizações não têm relação direta com o ser mulher e sim, foram-lhe atribuídos a tais lugares/tarefas/posições para que ao sexo oposto, tivesse liberdade de escolha em quaisquer circunstâncias. Tanto é que, é difícil uma mulher não ser criada para saber fazer todas as tarefas de casa e os homens; seus irmãos, pais, avôs, tios, etc., sejam educados para assumir posições fora do lar.

A esse respeito, sobre “a invenção do ser mulher”, Beauvoir (1970, p. 9) diz que ao homem, nunca lhe é perguntado sobre sua natureza dando destaque ao seu gênero, sexo, seja lá a forma de o identificar, a saber:

Um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade (1). Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: "Sou uma mulher". Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas.

Antes de qualquer opção, o homem não precisa fazer uma série de especificações para dizer que existe, mas a situação é diferente com a mulher. Essa oposição entre os dois sexos sempre culmina com a subalternização do “outro” que é, neste caso, segundo a autora, o feminino, a mulher ou o que quer a sociedade configure como o segundo sexo. Refletimos então sobre as implicações políticas, sociais e representativas que uma pesquisa como esta abrange; uma pesquisa que se insere num

desafio que é pensar a categoria gênero relacionado a questão da surdez, e então, pensar a mulher surda e como esta se insere nesta discussão que é sobretudo, interseccional.

Pensemos a interseccionalidade³ a partir das categorias: gênero, surdez e diferença x deficiência pois queremos assumir uma postura de contraposição aos discursos hegemônicos sobre a surdez definir corpos deficientes e sim, de demarcar a diferença, de pensar a surdez como asserção antropológica, filosófica e sobretudo cultural. Defendendo a Libras como sua principal maneira de garantir sua difusão cultural.

A respeito dessa interseccionalidade, gênero e surdez, Miranda (2017) diz que o olhar social tende a dar destaque somente a questão da surdez e colocar as outras identidades em apagamento. Isso, segundo a autora, é um retrato de como o tratamento social às pessoas surdas é destacada majoritariamente pela questão “deficiência” contribuindo assim, para a visão homogênea das identidades surdas, e nesse caso as mulheres surdas.

As consequências destes tratamentos são, além do apagamento das identidades em jogo, a não consideração das necessidades que as outras identidades dessa mulher surda demandam. Miranda (2017) leva em consideração a intersecção gênero-surdez-raça e dessa forma, quanto mais forem diversas as identidades em jogo, maiores são as chances de esse ser diverso ser apagado, ou seja, não ser reconhecido suas diferenças e aspirações por conta do processo de invisibilização social.

Perlin e Vilhalva (2017, p. 130)⁴ pesquisando sobre os elementos de empoderamento frente à promoção de políticas públicas que assegurem os direitos da mulher surda, refletem que há os elementos que não contribuem com esse empoderamento começado desde antes de seu nascimento e que se manifestam partindo de ordens diversas. Esses elementos impeditores oprimem a vida inteira dessas mulheres surdas, inclusive – principalmente -, na sua vida educacional e perduram ao longo de suas vidas de maneira bem marcada.

³ A condição da mulher surda deve ser compreendida a partir da perspectiva da interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw, para evidenciar como diferentes sistemas de opressão como gênero, raça, classe e deficiência, não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam, produzindo experiências singulares de desigualdade.

⁴ Ambas são mulheres surdas, pesquisadoras e com título de doutorado.

Neves (2020) reforça que as mulheres surdas lutam arduamente em favor de sua emancipação. Uma das principais pautas dessa luta é o reconhecimento e acessibilidade da Libras nos locais em que os surdos precisam acessar os conhecimentos produzidos pela humanidade. A escola inclusive, é um dos lugares de excelência para se acessar tais conhecimentos, mas, também, nas repartições e demais instituições públicas. Outra forma de construir a emancipação da mulher surda segundo essa autora é potencializar e valorizar as identidades surdas diversas bem como a união destas mulheres em favor de seus direitos.

A educação, portanto, deve contribuir para o processo de formação humana, emancipação e liberdade das mulheres surdas professoras, para tanto, o sentimento de pertença em um espaço social é fundamental para que haja acolhimento, identificação e compartilhamento de experiências. O ideal é que a escola deva criar condições para experiências individuais de autonomia de pensamento e ação para serem desenvolvidos no intuito de uma coletividade. Assim, a autonomia das mulheres surdas professoras atrela-se à liberdade, à capacidade consciente de decisão do sujeito e ao espaço de condicionamento sobre o qual o agente não exerce controle (Araújo, 2022).

NARRATIVAS SURDAS

Narrativas sinalizadas por mulheres podem apresentar o eu-poético (isto é, a voz que fala no poema) explicitamente por meio do corpo feminino. As mulheres surdas no Brasil são representadas em algumas esferas da literatura surda escrita, mas as artistas surdas ainda não participam da literatura em Libras na mesma frequência que os homens. No entanto, elas têm sido pioneiras como professoras, pesquisadoras, tradutoras e curadoras nas áreas de literatura em Libras (e em outras línguas de sinais). As narrativas surdas significam esse tipo de história.

A narrativa comporta dois aspectos essenciais: uma sequência de acontecimentos e uma valorização implícita dos acontecimentos relatados (Prado; Soligo, 2003), dessa forma os acontecimentos narrados de uma história tomam da totalidade os seus

significados. Esse todo narrado vai sendo tecido a partir das partes selecionadas, “portanto, a narrativa não é apenas o produto de um ‘ato de contar’, ela tem também um poder de efetuação sobre o que narra” (Delory, 2012, p. 82). Assim, a narrativa constitui-se no ato de contar e de revelar o modo pelo qual os sujeitos concebem e vivenciam o mundo.

Os diálogos com as mulheres que são surdas, que atuam como docentes e que tiveram seus processos de formação marcados por dificuldades e especificidades, supõe-se que ainda enfrentam obstáculos em seus cotidianos por causa de suas condições enquanto pessoas com deficiência nesse sentido, desenvolver uma investigação com essas mulheres valorizando suas narrativas e percepções que nos trará contribuições significativas.

As narrativas de pessoas que possuem características em comum – no caso dessa pesquisa todas as depoentes são mulheres, professoras e surdas – revelam características de um grupo social e identitário. Os autores Clandinin e Connelly (2011) usam a expressão “teias narrativas” para designar essas costuras que são realizadas a partir dos relatos de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo. Para Santos (2013) uma das principais vantagens de se trabalhar com a narrativa é que se trata de um instrumento através do qual as pessoas atribuem unidade e coerência à sua existência, e o estudo de como as pessoas costuram elementos dispersos para realizar essa construção pode ajudar na compreensão de como essas produções dão forma ao significado da existência humana no âmbito pessoal e coletivo em vários contextos sociais.

A seguir as análises e discussões.

ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção apresenta o corpus desta pesquisa, narrativas autobiográficas de professoras surdas e os motivos que as levaram à escolha da profissão docente. Para tanto, acolhe-se inicialmente, o perfil destas mulheres entrevistadas e em seguida, segue-se às categorias que elegemos tópicos que organizaram o processo de entrevista destas. Utilizaremos nomes fictícios.

Perfil 1: Professora Hellen Keller

As informações básicas sobre esta participante, conforme ela nos cedeu, diz que ela adquiriu surdez – surda pós-lingual - muito pequena ainda, com menos de 3 anos de idade, de acordo com as informações de seus familiares. Estudou durante toda a educação básica em escola pública, fez sessões de fonoaudiologia iniciando na adolescência por volta dos 13 anos e aprendeu a oralizar. Nesse período, adquiriu um aparelho auditivo na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) acompanhada por seus familiares.

Ela utiliza para se comunicar, as duas línguas: Libras e o Português; com as pessoas que sinalizam, ela usa Libras, com as pessoas que usam o Português ela também o usa, principalmente, na modalidade escrita. Nos ambientes que há intérprete por exemplo, mesmo que não tenham sinalizantes além dela e do intérprete, ela faz uso da Libras por contar com auxílio do tradutor-intérprete. Quanto à sua formação acadêmica, ela entrou no curso superior em 2009, cursou Letras com habilitação em Português e suas respectivas literaturas pela FAMA (Faculdade Atenas Maranhense). Atualmente, ela é concursada e trabalha como professora da educação infantil e nos anos iniciais bem como atende alunos no AEE (Atendimento Educacional Especializado) numa escola em Paço do Lumiar, município o qual nasceu.

Perfil 2: Professora Simone

Esta docente é natural do município de Loreto, próximo as redondezas de Balsas. É surda pós-lingual, tendo adquirido a surdez aos 6 anos de idade por cair do cavalo quando fazia um passeio na propriedade de seus pais. Sua trajetória de ensino na Educação Básica foi inteiramente em escola pública bem como seu curso de Graduação em Pedagogia feito na UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) de 2004 a 2008. Ela é Graduada em Letras-Libras pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Já atuou no início de sua entrada na docência como instrutora de Libras na educação infantil e hoje, trabalha nos

anos iniciais, na sala do AEE. Atualmente, finalizou um seletivo pela prefeitura de Paço do Lumiar e está esperando a chamada de outro processo seletivo pela prefeitura de São José.

O início de tudo: o porquê da escolha pela profissão docente

Esta é a primeira categoria que elegemos para organizar as narrativas das docentes bem como analisá-las à luz da discussão tecida nas discussões anteriores. Durante as entrevistas as autoras utilizaram a Libras (Língua de Sinais Brasileira) para a comunicação. Começamos inicialmente por perguntar sobre a trajetória de vida delas e tudo se encaminhou para este questionamento sobre o porquê da profissão, sobre isso relatou:

Quando eu estudava educação básica... estava na escola, eu só estudei com ouvintes minha educação básica inteira: ensino infantil, ensino fundamental I e II, até o ensino médio somente com ouvintes! Não convivi, não vi nenhum surdo! Não tinha interpretes!... lá... bem lá atrás, a acessibilidade era realmente precária... era somente o professor falando, fanfando, oralizando e pronto! Mas, nesse período quando eu era criança, fui crescendo... meu pai me incentivava muito a pensar no futuro... ele me incentivava a ser médica. Mas eu não tinha esse desejo [...] ficava pensando: “como vou ser uma médica futuramente se eu não ouço?” Minha audição não é boa pra estar nessa profissão! E... o médico interage com os pacientes é falando, [...] então como eu vou fazer isso, estudar, vou entender esse ofício do médico se eu não tenho essa comunicação? ...Como eu vejo geralmente os médicos se comunicando. Quando eu estudava até o ensino médio, também eu ainda não tinha intérpretes [...] foi nesse período que eu comecei um curso no CAS⁵, eu tinha dezoito anos, foi quando eu iniciei a aprendizagem da Libras estava no ensino médio, aí foi que eu percebi o que era a comunidade surda, isso com dezoito anos... aí fui entender o que era ser surdo, a língua de sinais... eu não tinha essa visão! Não tinha convivência com surdo nenhum! Passei minha vida toda sem conviver com surdo... nada, nenhum surdo, nada! Então eu era totalmente inocente quanto essas questões da comunidade surda, e esse curso no CAS me abriu as portas para enxergar, para perceber a comunidade surda, a ter o desejo e sonhar com a ideia de ser professora... por que eu via que meu passado trazia essa história trazia esse histórico de sofrimento principalmente pela comunicação; a falta de comunicação que eu não tinha com os meus professores, e isso me incentivou a ser professora, e professora para alunos surdos, para fazer

⁵ Centro de Atendimento à Pessoas com Surdez.

com o que essa história não se repetisse; falta de acessibilidade, falta de metodologia adequada para ensinar surdos. Então, eu vendo essa dificuldade inteira que a minha história trouxe fez com que alimentasse mais esse desejo; lógico, por essa questão da empatia, porque eu sou surda e sei o que é sentir na pele o que é ser surda, viver com essas dificuldades. (Professora Simone)

A fala da professora se assemelha a de muitas mulheres deficientes que tem suas vidas oprimidas pelo sistema que comporta “estruturas capacitistas e sexistas que naturalizam os corpos destas mulheres” (Faria, 2017, p. 15). Essas estruturas se fortalecem porque são potencializadas pela dupla opressão, nesse caso, mulher-surda. A fala da professora Simone narra uma vida inteira com total desconhecimento ou até mesmo, afastamento de seus semelhantes.

O que cria à surdez uma representação de estranheza e necessidade de normalização para que esta pessoa surda seja aceita. No caso da professora, não podemos afirmar que o fato dela aprender a oralizar por exemplo, foi uma obrigação imposta pelos seus familiares para que ela parecesse “normal”, mas, no âmbito das representações sociais, sabe-se que a surdez é uma marca com representações negativas, as quais, fazem com que sujeitos surdos narrem a si como pessoas que tem falhas e precisam ser adequadas.

Segundo Gesueli (2006) ao desenvolver pesquisas sobre o papel da língua de sinais na construção da identidade de crianças surdas, chegou à conclusão de que, a idade em que as crianças começam a ter a percepção da surdez é a partir dos 5-6 anos (Gesueli, p. 28) Levando em consideração o relato da professora Simone, podemos refletir sobre uma percepção tardia sobre a surdez como uma visão não patológica, pois, ela conheceu outros surdos, bem como a comunidade surda a partir dos 18 anos.

Gesueli (2008) também comenta que esse reconhecimento se aligeira ou não a à proporção que esta criança tem convivência com adultos surdos, ou seja, quando mais ela não está inserida num contexto em que veja seus semelhantes, mais tardiamente ela chega a essa percepção, ou também, existe a possibilidade desse reconhecimento nem acontecer com base na observação dos casos das crianças.

Nesse sentido, a autora proporciona a refletir sobre a posição de que, quanto mais a criança surda vê seus semelhantes, mais ela tende a se reconhecer como sujeito narrado fora dessa visão não patológica, o que dá prioridade para que haja a aquisição da língua de sinais desde tenra idade, bem como o uso desta no ambiente escolar e a relevância desse processo ser mediado por um professor surdo por exemplo.

Os caminhos que a levam à docência, como apresentados por ela, é essa tentativa empática de conhecer sua trajetória de sofrimento, apagamento durante o processo de escolarização — que na nossa visão, é apenas mais uma extensão das representações sociais que são jogadas as pessoas com deficiência — em que não levava em consideração suas peculiaridades com relação a questão de sua forma de perceber o mundo, ou seja, pela visão.

E, pela visão, que é comum os surdos apreenderem as informações, e no caso dela, teve que aguentar esse processo de escolarização sem acessibilidade nenhuma e ainda ter de aprender uma língua oral-auditiva, ou seja, uma língua a qual ela não tinha possibilidade de aprender naturalmente sem o auxílio das terapias fonoaudiológicas como menciona.

A fala dela também relembra o que Gesueli (2019) reflete sobre a inserção de mulheres surdas na docência como pontuados na segunda seção deste trabalho. Esta autora explica que dentre essas motivações se encontra a ideia de retribuir algo que em algum momento que outro professor fez por elas, ou seja, buscam fazer a diferença na vida de seus alunos, para que estes possam ter as mesmas oportunidades que elas tiveram ou não, os incentivando a lutar por seu espaço e direitos de maneira organizada, ombreada com seus iguais.

No segundo caso, surda pós-lingual, apesar de já ter adquirido a língua Portuguesa quando se tornou surda, seu processo de escolarização também não foge a essa tônica de apagamento, a saber:

[...] minha infância sempre estudei com ouvinte adquiri a surdez aos seis anos de idade e meu percurso de vida estudantil foi sempre com ouvintes por que na época eu já oralizava então era considerado normal eu ficar

com eles por que eu já tinha adquirido a língua portuguesa, já me expressava bem a língua portuguesa, então eu continuava na educação básica junto com os ouvintes [...] prossegui na aprendizagem da língua Portuguesa depois de adquirir a surdez com a ajuda de meus familiares principalmente porque a partir daí, tinham coisas que eu já não entendia. [...] tinha algumas lembranças, mas tinham coisas que eu precisava entender ainda e por conta de eu não escutar mais, não conseguia entender. [...] a questão do Português, a gramática... eu não conhecia tanto por que essa fase eu já não ouvia e estava começando a prender ainda sobre a estrutura do Português... o Português formal. Então, eu senti muita dificuldade por isso e com essa perda da audição, eu não tive mais acesso a língua portuguesa de maneira natural, eu apenas tinha memória da língua Portuguesa... aí senti muita dificuldade na escola e começou o histórico das reprovações... eu tinha muita dificuldade de aprender os conteúdos por que tudo era passado em português e eu não ouvia mais... eu sofria muito por isso... eu queria aprender mais eu não conseguia porque todos ao meu redor falavam e eu não conseguia ouvi-los... isso foi bem prejudicial pra mim! Por conta disso eu reprovei duas vezes; na sexta série e também no segundo ano do ensino médio... eu tive que voltar a fazer por conta dessa minha dificuldade com a língua portuguesa [...]

Como consequência de um processo de ensino que não considerava suas especificidades de aquisição de conhecimento e sobretudo, por questões de acessibilidade, a professora Professora Hellen Keller traz consigo a marca da não consideração de suas especificidades em sua trajetória escolar. As respostas dessas professoras, é um recorte da realidade e experiências que muitos surdos enfrentaram no passado em seus processos de escolarização

Não foi diferente a experiência no ensino superior quando questionamos sobre as barreiras que comumente existem no exercício da profissão docente. A Professora Simone, relata que estas apareceram de maneira muito acentuada quando entrou no curso que escolheu, a saber:

Eu penso que em relação as questões das barreiras, elas iniciam pela entrada no curso superior, porque quando eu entrei no curso superior eu não tinha, no curso no qual eu fiz, que foi Letras-Português, eu não tive oportunidade de receber acessibilidade por meio do interprete. Passei o curso inteiro sem acessibilidade linguística! Então esse foi o início das barreiras que se apresentaram pra mim... o que, na verdade, eu percebia que futuramente, isso também estaria ali em meu percurso! [...] Quando eu estava no curso eu recebia suporte dos meus amigos, suporte

emocional principalmente, e também, auxílio pra entender certas questões de conteúdo. Lutei muito para ter acesso linguístico, assim como eu lutei, os meus amigos lutaram junto comigo!... às vezes, eu ficava reprovada em algumas disciplinas e retomava a fazer por conta dessa dificuldade; sem o interprete a comunicação era muito mais difícil, muito mais complicada porque muitos professores não tinham o conhecimento sobre Libras alguns nunca nem sabiam da existência da Libras. Passei muito tempo meses e meses lutando por um intérprete, as disciplinas foram passando, foram progredindo e a gente lutando pois não tinha um único interprete na instituição! Aconteceu que quando o intérprete me chegou já estava concluindo, bem mais tarde, e foi por conta dessa luta que nós organizamos, lutou muito; eu e meus amigos pra que isso acontecesse passei muito tempo esperando por essa acessibilidade que durante todo o curso não aconteceu. (Professora Simone)

Em relação a essa questão da limitação da permanência de estudantes surdos no Ensino Superior, Anchieta (2022) reforça que, apesar das matrículas de estudantes surdos terem aumentando e se tornado crescente de 2003 a 2020, segundo os dados⁶ no MEC (Ministério da Educação) e do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) estes dados apontam para as matrículas destes alunos ao ingressarem no ensino superior em cursos diversos e não, para o índice de conclusão destes alunos após ingressarem nesses cursos. O que certamente deve ser alvo de estudos e investigação mais apurada, mas, sabe-se, que esse relato da Professora Simone se assemelha a vidas de inúmeros surdos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa desafiou as pesquisadoras em múltiplos aspectos, lançando-as em um processo de aprendizado intenso e transformador. Um dos pontos destacados foi a decisão de não reproduzir um discurso que se limitasse a narrar sujeitos exclusivamente

⁶ Conforme diz a autora: “É crescente a estatística de estudantes Surdos que ingressam no ensino superior no Brasil. Segundo o MEC (BRASIL, 2006b), em 2003, o número de Surdos matriculados em um curso de nível superior se limitava a pouco mais de 600 indivíduos, sendo alçado ao patamar de 2.428 matrículas no ano de 2005, englobando instituições públicas e privadas (BRASIL, 2006b). A tendência de crescimento também pode ser verificada nos Censos da Educação Superior 2011-2019 (INEP, 2012-2020), registrando-se um total de 16.665 matrículas de alunos Surdos no ensino superior, tanto em instituições privadas quanto públicas.” (Anchieta, 2022, p. 37)

pelo viés da opressão. Tal escolha demandou esforços significativos em leituras e reflexões previamente desconhecidas, um processo que ainda está em curso.

Outro aspecto relevante foi a conexão pessoal das pesquisadoras com as narrativas compartilhadas pelas professoras. Embora se enxergassem em muitos relatos devido ao recorte temático, cada história manteve sua singularidade, refletindo as experiências únicas de quem viveu as situações descritas.

A pesquisa também abriu caminhos para novos olhares e perspectivas epistemológicas, possibilitando reflexões sobre as abordagens adotadas. Ao adotar um recorte produtivo, a intenção foi somar à paisagem dos estudos discutidos, mantendo o foco na construção coletiva de significados.

O trabalho de revisão das entrevistas foi realizado com extremo cuidado, assegurando que os sentidos fundamentais fossem preservados. Esse esforço de construção de significados envolveu tanto a intérprete quanto as participantes, em uma busca constante pela compreensão mútua. A experiência de aproximação com o “outro” proporcionou um aprendizado valioso, uma vez que abriu caminhos para a comunicação sensível das narrativas e para o reconhecimento da diversidade de trajetórias que compõem a docência. As histórias compartilhadas pelas professoras surdas enriqueceram o imaginário das pesquisadoras acerca de suas próprias referências femininas, desvelando como a docência não é apenas uma prática pedagógica, mas também um espaço de afirmação identitária. Nesse processo, ficou evidente que as identidades surdas se constituem em diálogo constante com a experiência de gênero, revelando uma tessitura singular entre ser mulher e ser surda no ambiente escolar.

As identidades surdas, construídas no cruzamento entre deficiência e diferença, conferiram novos significados à pesquisa, ampliando sua relevância teórica e social. A perspectiva de que a surdez não deve ser reduzida a uma ausência, mas compreendida como diferença linguística e cultural, possibilita deslocar o olhar da falta para a potência. Nesse sentido, a mulher surda docente inscreve-se em um lugar de protagonismo que desafia tanto os discursos medicalizantes quanto as concepções limitadas sobre o papel feminino na educação.

A análise das narrativas evidencia que, para além das barreiras comunicacionais, há uma luta cotidiana dessas mulheres pela legitimidade de suas vozes e por reconhecimento social. O ato de ensinar, nesse contexto, não é apenas transmissão de conhecimento, mas também afirmação de uma subjetividade historicamente silenciada. Assim, cada gesto, cada sinal e cada prática pedagógica tornam-se estratégias de resistência e de criação de sentidos que reconfiguram os espaços escolares.

Além disso, ao ocupar a posição de professoras, essas mulheres rompem com estereótipos duplamente impostos: o da deficiência, que as colocaria em lugar de incapacidade, e o do gênero, que historicamente associou as mulheres ao silêncio e à subalternidade. Nesse duplo enfrentamento, elas constroem trajetórias que ressignificam a docência como espaço de emancipação e de reconhecimento político. O olhar da pesquisadora, ao se entrecruzar com essas experiências, permite compreender a docência não apenas como profissão, mas como território de luta e de afirmação identitária.

Por fim, cabe ressaltar que a presença da mulher surda no magistério evidencia uma potência transformadora que ultrapassa a dimensão individual e alcança o coletivo. Ao assumirem o papel de mediadoras do conhecimento, essas docentes tornam-se referências para novas gerações, não apenas de estudantes surdos, mas também de ouvintes, na medida em que desestabilizam concepções cristalizadas sobre o que significa ensinar e aprender. Assim, a docência da mulher surda constitui-se como um campo fértil de investigação, em que diferença e identidade se convertem em fundamentos para pensar a educação em sua pluralidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. - São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen - (Coleção: Feminismos Plurais - coordenação de Djamila Ribeiro), 2019. 152p.

ANCHIETA, B.V. Ester. **Histórias de vidas surdas**: percurso formativo e inserção no mercado de trabalho. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2022. 161f.

ARAÚJO, Claudiane Santos. QUESTÕES DE GÊNERO SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: em pauta as implicações nas políticas públicas para o alcance da emancipação socioeducativa das Pessoas com Deficiências (PcD's). X Jornada Internacional de Políticas Públicas (2021) - **Anais do evento**. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_1287_1287612eb57ddd3b1.pdf. Acesso em: 26 dez. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO JÚNIOR, G. **Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo**. Ilhéus: Editus, 2015.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. - École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, 1991.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha; COUTINHO, Rodrigo Rocha. Mulheres brasileiras em posições de liderança: novas perspectivas para antigos desafios. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, v.16, n.1, p. 17-29, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/2626327_Mulheres_brasileiras_em_posicoes_de_lideranca_Novas_perspectivas_para_antigos_desafios. Acesso em: 18 nov.2024.

DELORY, M. C. A pesquisa biográfica: projeto epistemológico e perspectivas metodológicas. In: ABRAHÃO, M. H. M. B; PASSEGGI, M. (Org.). **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica**: Tomo I. Natal: EDUFRN: Porto Alegre: EDIPUCRS, Salvador, EDUNEB, 2012. p. 71-93.

ROMÁRIO, Lucas; DORZIAT, Ana. Diferença surda e relações de poder na prática docente. – **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 750-768, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FARIAS, A. Q de. **Trajetórias Educacionais de Mulheres: UMA LEITURA INTERSECCIONAL DA DEFICIÊNCIA**. – Dissertação de Mestrado – João Pessoa, 2017. f138.

FERREIRA, O. Charliane (et. al). Resistir para existir: uma análise de narrativas de mulheres surdas e negras sobre suas (re)existências. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 23, p. 126-147, 2022.

GESUELI, Z.M. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 277-292, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 26. set 2024.

_____. **Língua(gem) e identidade: a surdez em questão**. São Paulo: Atlas, 2019.

LABORIT, Emannuelle. **O grito da gaivota**. 2. ed. Título original: “Le cri de la mouette.”

SARMENTO, Ângela (Trad.). Lisboa, Portugal: Editorial Caminho, 2000.

MACHADO, P. C. **Integração/Inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo**.

Petrópolis: Arara Azul, 2017.

MARTINS, C. R. A mulher surda na comunidade de surdos. **Educação, Ciência e Cult**, v. 13, n. 2, p. 41-9, 2008. Disponível em:

https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Educacao/V13_2_2008/03_Martins.pdf.

Acesso em: 26 de novembro de 2024.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 984-1014, Dec. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362015000400984&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 22 out. 2024

METZ, Eduardo Silva. Gestão feminina: a presença das mulheres na liderança de empresas. **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, v. 19, n. 2, p. 28- 39, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/667>. Acesso em: 19 out. 2023.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: _____; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24ª ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2002. p. 9-29.

MOURA, M. C. **O Surdo: Caminhos para uma Nova Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2019.

NEVES, Lygia Portilho. O MARTELO DAS FEITICEIRAS (*MALLEUS MALEFICARUM*) E A MISOGINIA: INTRODUÇÃO ÀS LUTAS FEMINISTAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS. – INES, **Revista Espaço**, Rio de Janeiro - n.º 53, jan-jun. 2020. p. 107-125.

PAIVA, V. L. M. O. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista brasileira de linguística aplicada**, v. 8, 2008, [n/p.]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbla/a/gPC5BsmLqFS7rdRWmSrDc3q/?lang=pt#>. Acesso em: 24 de nov. 2024.

PERLIN, Gládis; VILHALVA, Shirley. MULHER SURDA: ELEMENTOS AO EMPODERAMENTO NA POLÍTICA AFIRMATIVA. INES- **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, n. 33- jan-jun- p. 127-138, 2017.

_____. Surdos: de objetos de pesquisa à irrupção como pesquisadores. *In*: DECHICHI, Cláudia; SILVA, C. Lázara. **Inclusão escolar e educação especial: teoria e prática na diversidade**, Uberlândia, EDUFU, 2008.p 235-248.

PRADO, Guilherme do Val Toledo, SOLIGO, Rosaura Angélica. Porque escrever é fazer história: revelações, subversões, superações. Campinas: Átomo e Alínea, 2003.

PERROT, Michelle. Escrever a história das Mulheres. *In*: **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Santos, W. S. (2013). Níveis de interpretação na entrevista de pesquisa interpretativa com narrativas. *In* L. C. Bastos & W. S. Santos (Orgs.), **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação** (pp. 21-36). Rio de Janeiro: Quartet.